

A escola e as práticas de poder disciplinar.

Nei Antonio Nunes*
Selvino José Assmann**

Quanto àqueles para quem esforçar-se, começar e recommençar, experimentar, enganar-se, retomar tudo de cima a baixo e ainda encontrar meios de hesitar a cada passo, àqueles para quem, em suma, trabalhar mantendo-se em reserva e inquietação equivale a demissão, pois bem, é evidente que não somos do mesmo planeta.

Michel Foucault

Resumo: Com base nas análises que Michel Foucault em **Vigiar e Punir** sobre os exercícios de poder disciplinar, analisamos alguns aspectos dos efeitos destas práticas disciplinares sobre os corpos e “almas” individuais, disseminadas pelo campo social e presentes em instituições como a escola.

Palavras-chave: Disciplina - Poder - Escola.

Abstract: This article analyses how some aspects of disciplinary practices act on individual bodies and "souls" and the way they spread throughout society, particularly on disciplinary institutions like schools. The article is based on Michel Foucault **Discipline and Punish**.

Key words: Discipline - Power - School.

A escola e as disciplinas

Muito se tem refletido, ultimamente, sobre o “real” perfil da escola, como também sobre o modelo de escola “ideal” frente aos anseios de nossa sociedade. Diferentes teorias, as vezes não tão diferentes como pretendem, discutidas em inúmeros congressos e seminários, reafirmam a pertinência das análises sobre esta instituição e seus rumos: suas ne-

* Professor da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul

** Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e do Curso de Doutorado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

cessidades, suas carências, seus objetivos, seus compromissos. As dificuldades do cotidiano da escola, na medida em que problematizam o papel da Educação no mundo de hoje e discutem a relação pedagógica, são apresentadas, também, como um questionamento do modelo de sociedade em que vivemos.

Como se sabe, as teorias pedagógicas costumam referir-se ao “poder” quando discutem temas como as relações pedagógicas, a integração entre a escola e a comunidade, a determinação de um currículo, etc. Em geral, o poder é visto como algo que é exercido de forma vertical, de cima para baixo: como exemplo, a polaridade dominador-dominado. Além disso, ressaltasse a repressão como uma característica definidora das práticas de poder. O poder repressivo seria sempre negativo, no sentido de suprimir as liberdades e mau, sob o ponto de vista moral. Frente a esta concepção repressiva do poder tratar-se-ia de insurgir-se, no campo das práticas pedagógicas, contra a dominação exercida pelo poder. Ora, é precisamente aqui que o recurso às análises de Michel Foucault sobre o poder é pertinente. O pensador francês, ao discutir as práticas de poder a partir da modernidade - sem negar seu caráter repressivo e violento -, sustenta que os exercícios de poder tem como traço fundamental a “positividade”¹.

Vale esclarecer que nessa reflexão, não se trata de “inventariar” o complexo campo que envolve os diferentes modelos de escola - sua identidade, sua importância, seus desafios e suas dificuldades - o que, além de grandiloquente, tornaria esta discussão que estamos iniciando superficial, e, porque não dizer, enfadonha. Nossa intenção é tecer alguns comentários sobre o intrincado conjunto de práticas que chamamos de disciplinares, e que parece atravessar a instituição escolar sendo ao mesmo tempo atravessado por ela².

Embora não tenha realizado uma reflexão específica e minuciosa sobre a escola, no livro *Vigiar e Punir*, Michel Foucault mostra como historicamente, a partir dos séculos XVII e XVIII, as práticas de poder vinculadas a formas de “conhecimento” - saberes - se estabeleceram como disciplina, espalhando-se por todo o corpo social, nas mais diferentes instituições³. Neste contexto a escola passa a ser um dos espaços institucionais privilegiados para os exercícios de poder disciplinar.

Esse tipo específico de poder que Foucault define como disciplina, ou poder disciplinar⁴, não pode, segundo ele, ser reduzido a um conjunto de efeitos produzidos por ações provenientes do aparelho de Estado ou

de uma determinada instituição, pois funciona como uma rede que os atravessa, transcendendo-os, já que não se limita às suas fronteiras⁵. Essa disciplina é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder; são métodos que possibilitam o controle do corpo nos menores detalhes, que garantem a submissão constante das forças do corpo, impondo a esse uma relação de docilidade-utilidade. O poder disciplinar não atua no exterior das relações, de fora para dentro ou de cima para baixo, pois ele trabalha os corpos das pessoas - alunos, professores, delinquentes, loucos - manipulando-os e controlando-os, produzindo seus comportamentos. O pensador acrescenta: “(...) o indivíduo não é o dado sobre o qual se exerce e se abate o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação que se exerce sobre os corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças”⁶.

Para Foucault, com a explosão demográfica do século XVIII e o crescimento do aparelho de produção, expressa-se a necessidade de se “fabricar” um tipo de homem que sirva adequadamente para o funcionamento, a manutenção e o fortalecimento da sociedade industrial e capitalista. Nesse momento acontece o que o pensador chama de “dominação política do corpo”, esta é realizada como resposta à necessidade de sua utilização. Por um lado, essa utilização é racional, intensa, máxima em termos econômicos; por outro, este corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado, lapidado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar⁷.

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de “disciplinas”⁸.

O poder disciplinar objetiva aumentar a utilidade dos corpos das pessoas, fazendo com que elas sejam economicamente mais lucrativas, diminuindo sua capacidade política, tornando-as mais obedientes e passivas. Em outras palavras, através da disciplina, que constitui uma *anatomia política do corpo humano*, o poder em exercício produz um tipo de indivíduo que seja mais dócil, mais submisso, que seja fisicamente mais bem preparado para o trabalho, mais produtivo, mais lucrativo e menos crítico, menos questionador, com menor capacidade de revolta: “corpo objeto e alvo do poder”⁹.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)¹⁰.

As práticas disciplinares: dos corpos individuais ao conjunto social

Explica Foucault que o poder disciplinar apresenta em seu conjunto as seguintes características:

A arte das distribuições – a disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos por meio da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Por exemplo, numa sala de aula, trata-se de fechar, enclausurar, esquadriñar, hierarquizar para arrumar, sendo esta técnica capaz de realizar funções diferentes dependendo do objetivo específico que dela se exija. Cabe salientar que entre as características do poder disciplinar essa é a menos importante, pois as relações de poder disciplinar não precisam necessariamente de um espaço fechado para que aconteçam.

A organização das gêneses – bem mais importante que a primeira, essa característica mostra que a disciplina é um controle do tempo. Estabelecendo uma obediência do corpo ao tempo, objetiva extrair deste o máximo de rapidez e eficácia nas atividades. Aqui, o que interessa não é simplesmente o resultado de uma ação. Por exemplo, se falássemos de uma fábrica, uma empresa ou uma escola, o que interessaria não seria unicamente o produto final, o resultado final, aquilo que foi produzido ou aprendido; o mais importante seria todo o seu desenvolvimento, para, aí sim, se chegar ao melhor resultado final. Um controle minucioso de todo o desenvolvimento das atividades, de todas as operações que o corpo realiza, é feito através da elaboração temporal do ato, da correlação de um gesto específico com o corpo que o produz e, por último, por meio da articulação do corpo com o objeto a ser manipulado¹¹. "*O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização*"¹².

A composição das forças – compõe as forças produtivas, no tempo e no espaço, objetivando um resultado superior ao somatório das forças elementares que as compõem: "*A disciplina não é mais simplesmente*

a arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças, para obter um aparelho eficiente"¹³.

Foucault mostra, por exemplo, como a "composição das forças" está presente, inicialmente, nos efeitos da utilização do fuzil pelas infantarias na modernidade. Ao invés de uma tropa lenta com ações imprecisas, a invenção do fuzil possibilitou uma verdadeira arte de distribuição e organização dos soldados, bem como a necessidade de sua maior organização, mobilidade e flexibilidade. Aliada a necessidades econômicas, a invenção do fuzil estabelece a importância da articulação dos mínimos gestos do soldado, dos tempos elementares de suas ações, bem como dos fragmentos de espaços ocupados e percorridos por esses¹⁴.

No espaço escolar a composição minuciosamente calculada das forças, se utiliza de um amplo conjunto de técnicas, que vai desde o sinal que marca, dentre outras coisas, o início e o fim das atividades, até a distribuição dos alunos de acordo com certas "identificações": classe dos alunos mais "fortes", classe daqueles que apresentam dificuldade na aprendizagem, classe dos "repetentes", etc. Foucault acrescenta:

A escola torna-se um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino. (...) O treinamento de escolares deve ser feito da mesma maneira; poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que só seria interrompido por sinais - sinos, palmas, gestos, simples olhar do mestre, ou ainda aquele pequeno aparelho de madeira que os Irmãos das Escolas Cristãs usavam; era chamado por excelência o "sinal" e devia significar em sua brevidade maquinal ao mesmo tempo a técnica do comando e a moral da obediência. (...) O aluno deverá aprender o código dos sinais e atender automaticamente a cada um deles¹⁵.

Foucault acrescenta que o sucesso do poder disciplinar se deve ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame.

A vigilância hierárquica – a vigilância hierárquica acontece de forma contínua, ininterrupta, permanente. É uma espécie de "olho" que vê tudo e todos, possibilitando que nada escape ao poder, que nada fuja do poder, que nada possa esconder-se dele. Este dispositivo disciplinar,

ao qual nenhum indivíduo escapa, pois todos os momentos são registrados por ele, tem no *panopticon* de Bentham sua figura arquitetural¹⁶.

O Panopticon: A Visibilidade Disciplinar

Segundo o pensador francês o *panopticon* é expressão de uma nova modalidade de poder que passa a ser exercida a partir da modernidade nas sociedades ocidentais. Nessa prisão que tem a forma de um anel, a torre como centro de vigilância se apresenta como espaço privilegiado de um poder onisciente e onipresente: visibilidade total, coletiva, que possibilita ver todas as celas ao mesmo tempo, e simultaneamente observar individualmente cada cela, meticulosamente, podendo observar a todos individualmente sem exceção.

Além de ser econômico - redução do número de vigilantes, como também de material e de tempo - o *panopticon*, enquanto prática disciplinar, tem como característica agir sobre o conjunto social procurando obter efeitos sobre os indivíduos. Não se limita a realizar uma vigilância exaustiva sobre alunos, delinqüentes, doentes, mas, partindo dela, objetiva, também, produzir em todos estes um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegure o funcionamento automático do poder disciplinar¹⁷.

(...) o esquema panopticon é um intensificador para qualquer aparelho de poder: assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo). Assegura sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos¹⁸.

A escola: campo de visibilidade do poder disciplinar

No artigo “Foucault e Educação: Fascinantes Desafios”, ao discutir a questão do poder disciplinar no contexto da educação atual, Gore mostra como a vigilância na escola, exercida num primeiro momento por professores, supervisores, orientadores educacionais, diretores, etc., passa a ser incorporada pelos próprios alunos: “(...) esta noção de poder disciplinar ajuda a explicar a auto-regulação dos estudantes, que mantêm seus comportamentos mesmo quando a professora deixa a sala de aula”. Quanto à atitude de dispor as carteiras da sala de aula em círculo ou continuar nas tradicionais fileiras, a autora diz que não há nenhum efeito garantido que justifique uma ou outra como prática pedagógica libertadora ou opressora. E acrescenta:

Por um lado, o círculo pode exigir das estudantes uma maior autodisciplina, pela qual elas assumem a responsabilidade por comportar-se “apropriadamente” sem o ‘olhar’ da professora. Por outro lado, a privacidade parcial permitida pela colocação tradicional das carteiras, na qual se está sob a vigilância ou supervisão principalmente da professora, pode desaparecer à medida que as estudantes ficam cada vez mais diretamente também sob a supervisão de suas colegas. A estudante que prefere não se manifestar fica menos evidente quando todas as carteiras estão voltadas para frente da sala de aula, assim como a estudante que não pode usar sapatos novos, que fica ruborizada, que está entediada e assim por diante¹⁹.

Para Foucault, em *Vigiar e Punir* – onde ele dedica um capítulo para explicitá-lo –, o *panopticon* é mais que um projeto arquitetural que tenha sido colocado em prática por instituições como a prisão no século XIX. Ele é a expressão, o exemplo de um poder que passa a ser exercido a partir da modernidade nas sociedades ocidentais, que é o poder disciplinar. Como elemento intrínseco às disciplinas, o *panopticon* exerce um controle individual, na medida em que interioriza a vigilância nos corpos e nas “almas” individualmente. Mas também é um dispositivo de sujeição social, isto porque ele se multiplicou, inicialmente, nos espaços institucionais, espalhando-se, posteriormente, por toda a espessura do corpo social, em espaços não institucionalizados. Tomando a escola como exemplo, na perspectiva da vigilância disciplinar do *panopticon*, podemos dizer que todos são vigiados por todos: alunos, professores, especialistas, diretores. E mais, fora dos muros do estabelecimento escolar as famílias, a comunidade em geral e a própria gestão governamental, na medida em que problematizam e são também problematizados pela escola, também podem vigiar e ser vigiados²⁰.

Não se tem neste caso uma força que seria inteiramente dada a alguém e que este alguém exerceria isoladamente, totalmente sobre os outros; é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. Isto me parece ser a característica das sociedades que se instauram no século XIX. O poder não é substancialmente identificado com um indivíduo que o possui-

ria ou que o exerceria devido a seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular²¹.

As práticas de normalização

A **sanção normalizadora** – é a sanção normalizadora que dá condições à disciplina de punir a todos que se afastam da regra. Nesse sentido, o castigo deve ser corretivo e o infrator – por exemplo, o mal aluno – deve ser corrigido, deve ser reconduzido para o “reto e bom caminho”, pois não interessa para o poder o suplício daqueles sobre quem é exercido, mas sim colocá-los a seu serviço como indivíduos “normais”, “dóceis” e “produtivos”²². Sobre as técnicas de normalização Foucault acrescenta:

A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza. (...) Os dispositivos disciplinares produziram uma “penalidade da norma”, que é irredutível em seus princípios e seu funcionamento à penalidade tradicional da lei²³.

Com o dispositivo disciplinar, em vez de se punir utilizando exclusivamente a lei com sua força e seus excessos, utiliza-se fundamentalmente o poder da norma. O conjunto constituído pelas exigências e imposições – “racionalis” e “positivas” – que compõe a normalização, cria processos constantes de sujeição, na medida em que “prescreve” e “padroniza” os hábitos, as atitudes, os comportamentos, o “certo” e o “errado”, punindo os possíveis desvios: na escola através de recompensas ou punições, os alunos ficam submetidos ao controle das regras e dos padrões de normalização disciplinar.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações²⁴.

Através do poder da norma, o “normal” se estabelece como princípio de coerção no ensino, regulamentando e, conjuntamente, medindo os desvios e tornando úteis as diferenças. Desta forma, se um estudante, um operário, um soldado ou um presidiário, não se comportasse seguindo as normas preconizadas pela instituição na qual estivesse inserido, este seria chamado a responder por seu ato desviante, e desta forma retornar ao caminho pré-estabelecido pelas normas da instituição, pelo conjunto de regras que ele deve aceitar, seguir e cumprir. As sanções normalizadoras devem criar nos indivíduos “anormais”, não sujeitados e não resignados às regras, juntamente com a vontade de se normalizarem, um reconhecimento entre a sua condição de “diferente” e as sensações de culpa, de inferioridade e de erro²⁵.

Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais²⁶.

O exame – o exame faz uma junção das técnicas da vigilância hierarquizada com as técnicas da sanção normalizadora. Ele dá condições para que a vigilância qualifique, classifique e puna com a maior eficiência.

O exame combina as técnicas da hierarquia, que vigia, e as da sanção, que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados²⁷.

Na escola, segundo Foucault, o exame deve garantir a passagem dos conhecimentos do mestre aos alunos e sua “medição”, podendo, também, extrair do aluno um saber que é reservado ao mestre²⁸. Nesse sentido, a prática pedagógica na escola, enquanto exercícios de poder e instituição de saber, pode estar, em muitas situações, vinculada às práticas de normalização.

A escola toma-se o local de elaboração da pedagogia. E do mesmo modo como o processo do exame hospitalar permitiu a liberação epistemológica da medicina, a era da escola “examinatória” marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência²⁹.

O exame é fundamental para a constituição do indivíduo como efeito e objeto do poder-saber. Pois conforme o pensador, o indivíduo é, em grande parte, fabricado pelo poder disciplinar, por sua “positividade”, pelo poder produtor. Ao combinar a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, o exame realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação dos indivíduos – alunos, doentes, loucos, prisioneiros... – de extração máxima de suas forças e do seu tempo, de acumulação genética contínua, de melhor composição das suas aptidões. *“Portanto, a fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória”*³⁰.

Como vemos, os instrumentos que compõem as disciplinas constituem-se em elementos produtores de sujeição. As pessoas subordinadas às vigilâncias constantes, pressionadas pelos padrões de normalidade e submetidas a interrogatórios, a revistas e a observações, fazem mais do que aceitar passivamente esta dominação: ao incorporarem a vigilância e a normalização, exercem sobre si próprios a sujeição, tornam-se o “princípio de sujeição” para si mesmos: sujeitador e sujeito ao mesmo tempo.

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição³¹.

Como vimos até aqui, a disciplina - *anátomo-política do corpo humano* - constitui-se num conjunto de técnicas de poder centradas no corpo, mais especificamente nos corpos individualizados. Elas são exercidas a partir de procedimentos que asseguravam a distribuição dos corpos individuais e sua organização. As disciplinas também criam campos de visibilidade para capturar todos os movimentos dos corpos individuais. Essas técnicas buscam, através de exercícios e treinamentos, aumentar a força física dos corpos individuais, tornando-os submissos ao mesmo tempo. São também técnicas de racionalização e de economia, isto porque esta modalidade de poder deve exercer-se com poucas despesas e muita eficiência, mediante sistemas de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações e de relatórios constantes³².

O poder é positivo e relacional

Para o pensador francês, este poder espalhado pelo corpo social e presente no cotidiano da escola, não pode ser definido como exclusivamente repressivo, sob pena de negligenciar sua característica principal, ou seja, sua “positividade”. Foucault defende uma concepção não-jurídica do poder, onde este não deve ser definido fundamentalmente em termos de lei e repressão, onde o perfil do poder não é traçado pela força proibitiva, pela imposição da lei que reprimiria aqueles que a desafiassem ou que, por um motivo ou outro, atravessassem seu caminho e ficassem à sua mercê.

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade o poder produz; ele produz realidade, produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam dessa produção³³.

Uma das características fundamentais do poder para o autor é sua positividade, é a capacidade de ser produtor, ao invés de concentrar suas forças para a obrigação ou para a proibição. Desta forma, o poder investe sobre os indivíduos, ele é exercido sob o argumento de “garantir suas vidas”, seu “bem-estar”, criando nestes polaridades - o normal e o louco, o bom e o mal aluno, o cidadão e o delinquente, o funcionário “padrão” e o empregado insubordinado e baderneiro, etc- instituídas pelos “regimes de verdade”³⁴: as práticas de poder-saber que se apresentam como verdades hegemônicas e que funcionam como injunção para que se formem estas polaridades.

Ao invés de se punir o aluno “preguiçoso”, “lento” para as atividades, “desobediente”, investe-se sobre ele através de técnicas, táticas, pedagogias, estratégias para mudá-los, para docilizá-lo, para produzi-lo, para torná-lo mais produtivos e menos dispendiosos para a instituição. Com isto Foucault não quer dizer que as punições e violências não existam: o que quer acentuar é que esta não é a característica mais marcante do poder. Assim, o poder possui uma violência racionalmente calculada, uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade.

O poder não tem “dono” nem tampouco um lugar fixo, isto porque, a prática concreta do poder não se limita a questão de quem o possui e de que lugar o executa, mas sim dos múltiplos pontos em que é exercido. Assim o

poder não é uma “coisa”, e tampouco tem um lugar específico; ele pode ser exercido em qualquer instância da sociedade, disseminado por toda a estrutura social e pelos mais diferentes indivíduos. Portanto, uma característica fundamental deste poder mutável e flexível é ser relacional.

O poder acontece enquanto prática relacional entre os indivíduos e assim é exercido. Como exemplo, a relação entre pai e filho, professor e aluno, político e eleitor, namorados... Cabe dizer que não necessariamente o pai é que deve exercer o poder sobre o filho, o professor sobre o aluno e assim por diante, pois não existem titulares do poder. É mais, o caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas do exterior do poder, pois para Foucault não existe exterioridade ao poder, nada está fora ou é isento da relação de poder³⁵.

Vigiar e Punir: teoria do poder ou análise crítica das práticas disciplinares?

Com estas análises sobre as práticas de poder disciplinar, o pensador francês não tem a pretensão de criar uma “teoria do poder”, como também de levantar as bases para uma nova “teoria crítica da educação”³⁶. Nessa perspectiva, *Vigiar e Punir* deve ser lido não como uma “teoria da sociedade” com aspirações universais e totalizadoras, mas como um saber histórico e crítico sobre nossa experiência constituída, sobre aquilo que fez com que nos tornássemos o que somos hoje: práticas de subjetividade ou de subjetivação a partir de múltiplas relações de poder e seus “regimes de verdade”.

Enquanto um profundo questionamento sobre a função histórica de um conjunto bastante amplo de práticas, na ordem do poder e do saber, este livro insurgi-se contra uma série de formas instituídas de dominação. Como uma espécie de sublevação contra os saberes e poderes “hegemônicos”, *Vigiar e Punir* transforma-se numa espécie de instrumento de luta. Isto porque desmascara certos “regimes verdade”, apresentando-os não como aquilo que se coloca em conformidade com o “real”, mas como construção histórica, como acontecimentos “ativados” em campos como o político, o epistemológico e o ético.

Se por um lado não se trata de enunciar a macro-teoria como explicação totalizante, por outro, seria um equívoco de igual ou maior proporção pensar que Foucault tenta explicar “tudo” a partir dos “micropoderes”.

Em última instância, as relações de poder-saber estão imbricadas com miríades de acontecimentos. Nessa perspectiva, vale dizer, essa multiplicidade de correlações de força que envolvem as práticas e poder e também a resistência ao poder nunca pode ser totalmente codificada.

A crítica empreendida por Foucault às práticas disciplinares não devem ser interpretadas como uma leitura pessimista, “nihilista” frente as transformações ou as dificuldades que enfrentamos hoje, dentro e fora de instituições como a escola. Prova disso é sua afirmação de que a resistência a vigilância disciplinar do *panopticon* deve ser efetivada através de táticas e estratégias de contra-ataque³⁷. Muitas de nossas práticas de subjetividade - que não devem ser reduzidas a condição de atitudes individuais - mostram que o poder nem sempre é vencedor.

Quem sabe a análise crítica de nossas práticas disciplinares no âmbito da escola, a discussão coletiva sobre nossas condições de trabalho, como também a reflexão e o posicionamento frente as políticas governamentais que envolvem a educação, possam ser alguns dos exemplos das contra-ofensivas ao poder, vivenciadas em maior ou menor intensidade nos estabelecimentos de ensino em nossos dias.

Notas

1. Embora a noção foucauldiana de positividade do poder seja explicitada adiante, vale antecipar que o “positivo” não deve ser entendido como moralmente bom, pois o que tenta mostrar o pensador é a capacidade produtiva do poder.
2. Nossa discussão privilegiará a investigação de algumas práticas de poder disciplinar presentes indistintamente nas escolas. Isto não quer dizer que não reconheçamos a existência de uma série de diferenciações e especificidades que envolvem, por exemplo, os modelos da escola pública e da escola privada - muitas diferenças lá e cá. Mesmo que, em muitos casos, o poder disciplinar favoreça a hegemonia de uma classe ou a subserviência de um determinado grupo social, para Foucault, todos, indistintamente, são atravessados, são “cortados” por estas disciplinas.
3. Foucault, 1990a, p. 8.
4. É importante salientar que a disciplina não é, para o pensador francês, a única modalidade possível do poder. Como exemplo, em A

Vontade de Saber, publicado em 1976, um ano depois de *Vigiar e Punir*, Foucault discute as ações do bio-poder. Este, por sua vez, se constituía na junção de práticas disciplinares com dispositivos de regulação populacional, com objetivo de gerir, concomitantemente, a vida dos indivíduos - singularmente - e das populações. Cf.: Foucault, pp. 127-149. Embora nossa análise esteja centrada na discussão empreendida na “História da Violência nas Prisões”, acrescentamos que em publicações posteriores - inúmeras entrevistas e os cursos do Collège de France -, o filósofo acentua o caráter relacional do poder. Ou seja, como luta constante, como práticas de correlação de forças, como enfrentamento entre poder e resistência. Cf.: Foucault, In.: Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 231-249.

5. *“O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, que, com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho de Estado”* Machado, In: Foucault, 1990a, p. XIV.
6. Foucault, 1990a, p. 161-162.
7. Machado, In.: Foucault, 1990a, p. XVII.
8. Foucault, 1993, p. 126.
9. Foucault, 1993, p. 126-127.
10. Foucault, 1993, p. 127.
11. Machado, In: Foucault, 1990a, p. XVIII.
12. Foucault, 1993, p. 145.
13. Foucault, 1993, p. 147.
14. Foucault, 1993, p. 146-47.
15. Foucault, 1993, p. 149-150.

16. Foucault, estudando os problemas da penalidade, percebeu que todos os grandes projetos de reorganização das prisões – que datam da primeira metade do século XIX – sofriram uma grande influência do modelo arquitetônico idealizado por Jeremy Bentham. Poucos foram os textos, os projetos referentes às prisões em que o *panopticon* de Bentham não estivesse, ou pelo menos não influenciasse. Vale acrescentar que, para o pensador francês, o projeto de Bentham faz parte de uma urgência histórica: “*Parece-me que, no final do século XVIII, a arquitetura começa a se especializar, ao se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo. Outrora, a arte de construir respondia sobretudo à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. (...) Ora, no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos*”. Foucault, 1990a, p. 211.
17. Foucault, 1993, p. 177.
18. Foucault, 1993, p. 182.
19. Gore, In: Silva, 1995, p. 13-16.
20. Não se trata de dizer que nossas escolas atuais sejam inspiradas nos modelos arquitetônicos dos grandes presídios, ou que uma escola seja igual a uma prisão, mas de evidenciar que o *panopticon*, em nossos dias, mostrasse como uma metáfora perturbadora e inquietante, em relação as práticas atuais de controle e vigilância. O aperfeiçoamento dos dispositivos de segurança nas escolas - as câmeras de vídeo e os auto-falantes nos corredores, nos banheiros, nas salas de aula - exemplifica a atualidade da discussão foucauldiana sobre esse dispositivo disciplinar.
21. Foucault, 1990a, p. 219.
22. É importante que quando necessária, a violência não seja excessiva, mas calculada, no sentido de possibilitar um efeito produtivo. Nessa perspectiva, ao discutir a visibilidade do poder, com base na análise foucauldiana, Muricy afirma que a preocupação de Bentham “*é a de realizar uma economia política das penas e dos prazeres, isto é, a distribuição racional do medo e do sofri-*

mento que não aniquile o corpo útil para a produção. Seu campo de experimentação será, naturalmente, o sistema penitenciário”. A autora acrescenta: “Sem invocar qualquer humanismo, Bentham é contra a pena de morte, imenso desperdício de força produtiva, e contra as torturas que causem mutilações irreversíveis, duplo prejuízo, do corpo útil e de dinheiro: afinal, será o Estado que arcará com o sustento dos corpos incapacitados para o trabalho. Mas é a favor de uma máquina precisa de tortura, livre da imprecisão dispendiosa do carrasco; e propõe a construção de uma máquina cilíndrica de material elástico, espécie de pau-de-arara industrializado”. Cabe dizer que, idéias como estas de Bentham expressam um lado estrategicamente violento e moralmente questionável das práticas institucionais de poder e de saber na modernidade.

O indivíduo sujeitado ao *panopticon* é constantemente submetido a vigilância e é sempre objeto de informação e não um interlocutor ativo, livre na relação comunicativa. O *panopticon* possibilita o controle das massas, controlando os indivíduos de forma que estes se sintam “uma coleção de individualidades solitárias e vigiadas pelo olhar”. *Panopticon*, poder onipresente e onisciente, princípio de sujeição. Muricy, In: Novaes, 1995, pp. 482-484. As análises que Foucault faz sobre as dimensões desta tecnologia de poder, lançam sobre alguns dos grandes ideais modernos, que tem como pressuposto a “aposta” no caráter fundamental da razão e autonomia humanas, não só a desconfiança em seus resultados práticos, mas também na própria legitimidade absoluta destes valores. O “realismo” de Foucault coloca em xeque os “pilares” que sustentam o otimismo na constituição do homem moderno e seus valores: “As ‘Luzes’ que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas”. Foucault, 1993, p. 195.

23. Foucault, 1993, p. 163.

24. Foucault, 1993, p. 159.

25. Em relação aos processos de normalização dos alunos o pensador enfatiza: “Duplo efeito dessa penalidade hierarquizante: distribuir os alunos segundo suas aptidões e seu comportamento,

portanto segundo o uso que se poderá fazer deles quando saírem da escola; exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que, todos, se pareçam”, Foucault, 1993, p. 163.

26. Foucault, 1993, p. 164.
27. Foucault, 1993, p. 164.
28. Para Foucault, na escola os exames acontecem constantemente: avaliações sobre os diversos conteúdos ministrados, exames físicos, nota (gratificação) pela participação nas atividades em sala ou extra-classe, entre outros.
29. Foucault, 1993, p. 166.
30. Foucault, 1993, p. 171.
31. Foucault, 1993, p. 179.
32. Foucault, 1999, p. 288.
33. Foucault, 1993, p. 172.
34. Segundo Foucault, a “verdade” está sempre ligada a sistemas de poder que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. A isto ele chama de “regime de verdade”. Assim, cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, ou seja, os tipos de discurso que ela privilegia como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que possibilitam a distinção dos enunciados verdadeiros dos falsos, as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade, o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. O autor esclarece: *“O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”*. Foucault, 1990a, p. 12.

35. Machado, In: Foucault T, 1990a, p. XIV.
36. Como alerta Machado, as análises de Foucault sobre o poder fazem parte de investigações históricas criteriosamente delimitadas, com objetos bem demarcados. Mesmo que muitas vezes suas afirmações expressem uma ambição englobante – pelo seu caráter polêmico e até provocativo – serve de alerta não perdermos de vista que são análises particularizadas e que não devem simplesmente ser aplicadas indistintamente a novos objetos, fazendo-lhes assumir um caráter metodológico que lhes conferiria universalidade. Assim, quando o autor começa a trabalhar a questão do poder, foi em resposta às questões levantadas pelas pesquisas realizadas sobre a história da penalidade. Surge nesse momento, para ele, o problema de uma relação específica do poder sobre os indivíduos enclausurados, um poder que incidia sobre seus corpos e utilizava uma tecnologia própria de controle. Como vimos, essa tecnologia não era exclusiva da prisão, podendo ser encontrada em outras instituições e espaços sociais, como: hospitais, casernas, escolas, fábricas... Cf. Machado, 1982, p. 194.
37. Machado, In: Foucault, 1990a, p. 226.

Referências bibliográficas

- BLANCHOT, M. *Foucault como o imagino*. Lisboa : Relógio d'água, 1986.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa : Vega, 1987.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo I: o campo do signo (1945-1966)*. São Paulo : Ensaio, 1993a.
- _____. *História do estruturalismo II: o canto do cisne (de 1967 aos nossos dias)*. São Paulo : Ensaio, 1993b.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault: uma biografia*. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro : Graal, 1985.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro : Graal, 1990a.
- _____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis : Vozes, 1993.

- _____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- _____. *Nietzsche, Freud e Marx: theatrum philosophicum*. São Paulo : Princípio, 1987.
- _____. *El sujeto y el poder*. México : Revista Mexicana de Sociologia, nº 3 jul/set, 1988.
- _____. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro : Presença, 1982.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro : DP&A, 1998.
- JARA, José. *Foucault y la filosofía: una seducción perversa?*. Caracas : Revista Venezolana de Filosofía, nº 23, 1987.
- LEBRUN, Gerard. *Passeios ao léu*. São Paulo : Brasiliense, 1983.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro : Graal, 1982.
- TOMAZ, T. da Silva (org.). *O Sujeito da educação - estudos foucaultianos*. Petrópolis : Vozes, 1995.
- NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- RAJCHMAN, John. *Foucault: a liberdade da filosofia*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1987.
- RIBEIRO, R. J. *Recordar Foucault*. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. *Uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1995.
- NETO, A. V. (org.). *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre : Sulina, 1995.